

Política econômica Capacidade de expandir o PIB com inflação baixa é debate que divide os pesquisadores

Potencial de crescimento gera controvérsia

Denise Neumann
De São Paulo

Os cálculos mais conhecidos para estimar a capacidade de crescimento da economia apontam que o Brasil teria capacidade para crescer entre 3,5% e 4,0% ao ano sem um descasamento entre demanda e oferta. Este seria o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) potencial do país neste início do século 21. Para alguns economistas, o país bateu nesse teto no ano passado. Para outros, não. Independentemente da posição que cada economista adota frente à fotografia de 2004, a discussão sobre qual é o potencial de crescimento do país, como medi-lo e como se comportar frente aos sinais de que estaríamos no limite é polêmica.

Em 2004, o Brasil cresceu 5,2%, um crescimento que foi acompanhado por uma inflação de 7,6% ao consumidor (medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-IPCA) e por uma importante recuperação na taxa de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), de 10,9%, que reflete o aumento do investimento em máquinas e equipamentos e na construção civil.

Vistos como um retrato estancado, esses dados permitem uma dupla leitura: o país pode ter crescido acima do seu potencial e, por isso, junto com o aumento do PIB, veio a incômoda alta de preços, diriam os mais ortodoxos. Mas o aumento do investimento trouxe como consequência uma ampliação da capacidade de oferta, acrescentariam outros economistas.

Um zoom na mesma fotografia mostra uma situação menos animadora, do ponto de vista do investimento. O aumento de 10,9% na formação de capital fixo embute forte desaceleração da taxa no último trimestre, que registrou queda de 3,9% em relação ao terceiro trimestre, em dados já livres de influências sazonais. Esse período de queda foi antecedido pelo início do aperto monetário: em setembro o BC fez a primeira elevação da taxa básica de juros (processo que ainda não foi interrompido).

O início de 2005 não mostrou uma reversão favorável ao investimento. Dois importantes indicadores para a composição da taxa de formação bruta de capital fixo registraram resultados medíocres. A produção industrial de bens de capital cresceu 3,9% no primeiro bimestre em relação ao mesmo período do ano passado e a de insumos para construção civil variou apenas 1,8% na mesma comparação. Ambos ficaram bem abaixo dos 5,2% de média da indústria.

Alguns economistas vêem este “tranco” do investimento com uma preocupação extra: a política de juros altos estaria não apenas reduzindo o produto efetivo (o crescimento do período em andamento) mas também o PIB potencial, ao inibir gastos em máquinas e equipamentos e na construção civil.

O professor Nelson Barbosa Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o professor Antônio Barros de Castro, também da UFRJ e hoje assessor especial da presidência do BNDES, defendem a idéia de que é preciso dar uma chance ao crescimento e que é preciso olhar com atenção os dados sobre utilização da capacidade instalada na economia para não desfazer, prematuramente, mais um ciclo de expansão.

Para Barbosa Filho, dar uma chance ao crescimento não significa que o governo deva ser menos cuidadoso com a inflação, mas adotar horizontes de mais longo prazo para colher os resultados de sua política macroeconômica. Seu temor é que a expansão da economia seja abortada por um temor infundado com a aceleração de preços. Para ele, em 2004, a inflação refletiu mais um choque de oferta do que de demanda. Os principais responsáveis pela alta de preços foram a elevação dos preços internacionais de commodities e a indexação de tarifas públicas.

Barbosa Filho fez um detalhado trabalho onde avalia os vários cálculos para mensurar o PIB potencial e procura mostrar como eles são suscetíveis às variáveis adotadas. Ele questiona, por exemplo, a eficácia de se adotar um índice que mede o trabalho (e conseqüentemente a produtividade do trabalhador), sem considerar as diferenças de

produtividade entre a hora trabalhada por um engenheiro e a hora de um motorista de caminhão. O trabalho também mostra como faz diferença (para o resultado final) o estoque de capital adotado como ponto de partida da estimativa de PIB potencial. “Qual o ponto de partida da economia? Em que momento do uso de sua capacidade ela está quando começa o crescimento?”, pergunta o professor da UFRJ.

Ele compara o cálculo com a situação de um carro que quer ultrapassar um caminhão. “Você precisa saber a qual distância você está do caminhão e qual a velocidade do seu veículo para saber em quanto tempo você vai alcançá-lo”, compara.

Em uma economia, contudo, é muito mais complexo saber exatamente onde você está. Barbosa Filho defende que não se pode adotar um único cálculo de PIB potencial. “A economia como um todo não bate no pleno emprego ao mesmo tempo”, observa ele. Barbosa Filho está convencido de que o país pode crescer por dois ou três anos sem problemas de oferta. Esse seria um período de transição onde setores eventualmente no limite da ocupação poderiam ser abastecidos via importação e a mão-de-obra poderia ser facilmente deslocada para atender os gargalos existentes.

O economista Fábio Giambiagi, um dos que defendem a atenção aos modelos econométricos e aos sinais embutidos na trajetória de inflação de 2004, reconhece que se o primeiro trimestre confirmar a desaceleração do ritmo do investimento, isso pode ser um indício de que a alta de juros afetou não apenas o produto efetivo, mas também o potencial. “Mas não acredito que estamos repetindo, em 2005, o que ocorreu em outros anos, em que o processo de freada foi traumático e abortou o crescimento, desorganizando toda a economia”, argumenta Giambiagi. “A economia está dando sinais ambíguos, mas acho que estamos em uma ‘freada de arrumação’ e o processo pode ser retomado, no ritmo mais adequado, no segundo semestre”, acredita ele.

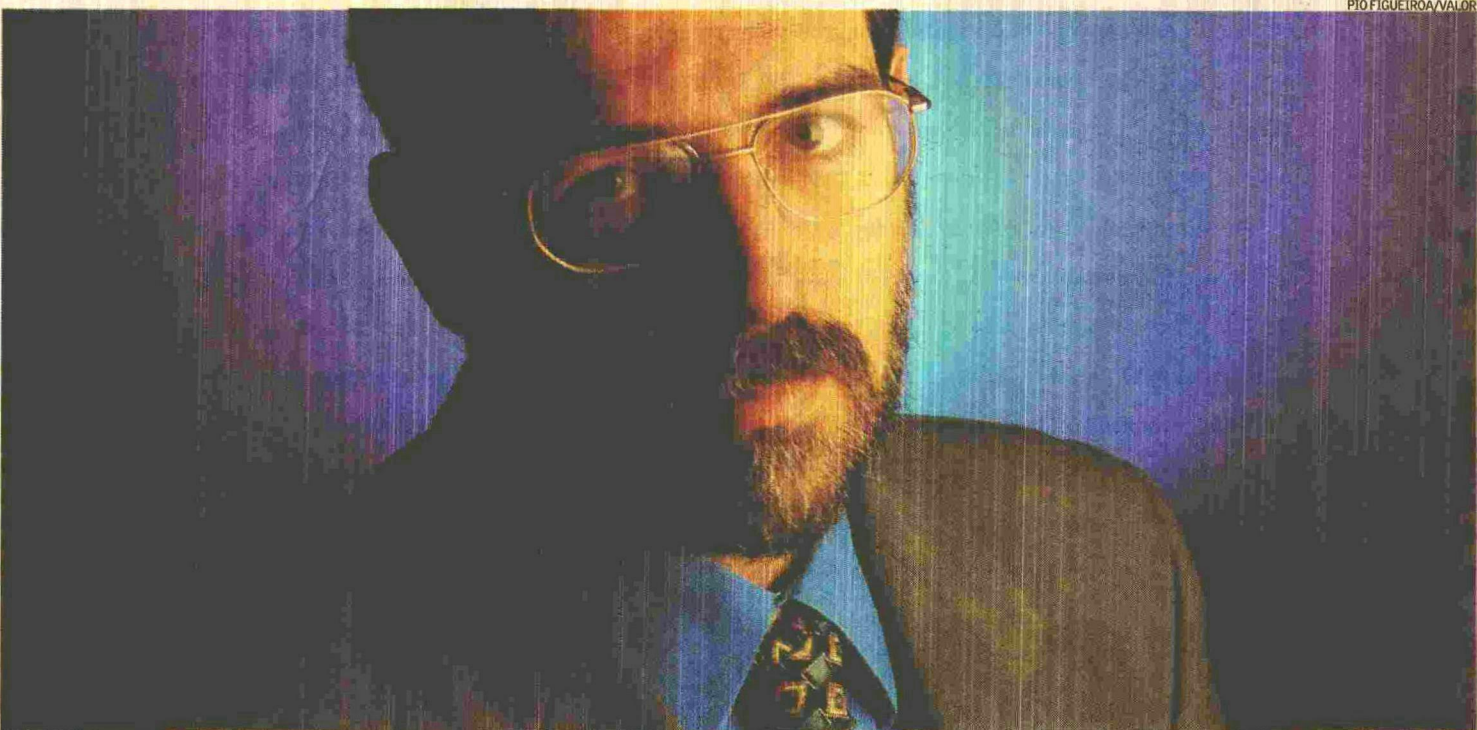
Para Giambiagi, a taxa de crescimento do PIB, em 2004, excedeu a taxa do produto potencial. Os sinais, diz ele, estão na inflação (que foi generalizada e não apenas localizada em itens afetados pelas commodities e tarifas, argumenta) e nos índices de utilização da capacidade instalada, medidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em outubro do ano passado, o indicador de capacidade da indústria alcançou 85,1%, o maior desde abril de 1995, já considerando ajustes sazonais.

Giambiagi fez, em 2002, um trabalho para estimar a capacidade de crescimento da economia. As hipóteses e os cálculos adotados por ele mostravam que a economia tinha espaço para crescer por alguns anos mediante a simples ocupação da capacidade e concluiu que o teto seria alcançado em 2006. “A realidade mostrou que o pico da ocupação veio antes do previsto”, diz ele.

Para Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (Iedi), os cálculos que apontam 3,5% como um limite para o PIB potencial podem ser corretos do ponto de vista técnico, mas incorretos porque subestimam a “real capacidade de produção da economia”.

Antônio Barros de Castro tem batido insistentemente nessa tecla: muitos segmentos podem ampliar sua oferta com adoção de um segundo ou terceiro turno de produção, de uma linha adicional, pela terceirização de algumas etapas ou pela contratação de mais funcionários. Em recente trabalho apresentado na Unicamp, ele também defendeu que há espaço para um período de transição, de dois a quatro anos, em que a economia pode crescer antes de bater no teto de sua capacidade.

Fernando Montero, da Convenção S.A. e ex-diretor de Política Econômica do Ministério da Fazenda, partilha da avaliação de que em 2004 parte do PIB potencial foi consumida. “Usamos mais intensamente nosso estoque de trabalho e de capital e por isso o desemprego caiu e a utilização de capacidade foi tão intensa”.



Fábio Giambiagi: “Acho que estamos em uma freada de arrumação e o processo pode ser retomado, em ritmo mais adequado, no segundo semestre”